

INVESTIGAÇÕES SOBRE O “ECLIPSE” DA ETNOGRAFIA PRISIONAL NA ERA DO ENCARCERAMENTO EM MASSA.

BARROS, Rodolfo Arruda Leite de*
e-mail: rodolfoarruda1@yahoo.com.br

UNESP/Marília

GT 01 - Justiça, crime, política e desigualdade.

Resumo

Este artigo apresenta resultados parciais de uma investigação sobre as metodologias utilizadas por pesquisadores nos estudos em ambientes prisionais. A análise aqui desenvolvida parte de problemáticas levantadas por Loïc Wacquant, num artigo intitulado “O curioso eclipse da etnografia prisional na era do encarceramento em massa”, publicado em 2002. Nesta referência há uma retomada teórico-metodológica de obras consideradas clássicas que estruturaram pesquisas realizadas no ambiente prisional, tais como as de Clemmer (1958), Sykes (1974) e Goffman (1975). Porém, este resgate serve para mostrar como transformações políticas e sociais nos Estados Unidos dos anos 1970 começaram a desestruturar este campo de pesquisa e exigir novos enquadramentos nas investigações posteriores. Um ponto chave é a percepção entre especialistas e analistas de uma “crise do modelo disciplinar”, juntamente com o advento de altas taxas de encarceramento, que reestruturaram a dinâmica de funcionamento dos ambientes prisionais na época contemporânea. Seguindo nesta lógica, a tendência de encarceramento massivo atual favoreceria o sucessivo “descarte” dos mecanismos disciplinares exaustivos, a superlotação das unidades e o fechamento institucional das unidades prisionais para o crivo da sociedade e dos pesquisadores. Realizada essa revisão bibliográfica da literatura estrangeira, o trabalho se direciona à produção local, pensando nos autores que recepcionaram essas influências, tais como Ramalho (1976), Coelho (1987) e Adorno (1991), e nas investigações mais recentes, Dias (2011), Biondi (2009), Marques (2009), Sinhoretto; Silvestre; Melo (2013), Godoi (2010) e Lourenço; Almeida (2013). O objetivo da análise desta produção recente é, por meio da revisão bibliográfica, identificar quais são os obstáculos de campo encontrados (fechamento das unidades) e os procedimentos utilizados pelos pesquisadores para contornarem as limitações. A observação destas modulações também visa avaliar possíveis transformações nas dinâmicas institucionais da temática prisional e nas metodologias relacionadas à sociologia das prisões (Chantraine, 2006; Cunha, 2009).

Palavras-chave: Etnografia Prisional. Encarceramento em Massa. Sociologia das Prisões. Administração Prisional. Políticas Penitenciárias.

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista / UNESP. Membro pesquisador do Observatório de Segurança Pública da UNESP/Marília – www.observatoriodeseguranca.org/

Hei-de apresentar aqui – será, sem dúvida, mais adiante – pesquisas em que ando ocupado. Terão ocasião de ver no estado que se chama nascente, quer dizer, em estado confuso, embrionário, trabalhos que, habitualmente, vocês encontram de forma acabada. O homo academicus gosta do acabado. Como os pintores acadêmicos, ele faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e os retoques: foi com certa ansiedade que descobri que pintores como Couture, o mestre de Manet, tinham deixado esboços magníficos, muito próximos da pintura impressionista – que se fez contra eles – e tinham muitas vezes estragado obras julgando dar-lhes os últimos retoques, exigidos pela moral do trabalho bem feito, bem acabado, de que a estética acadêmica era a expressão. (BOURDIEU, 1989, p. 19).

Introdução

Este artigo pretende desenvolver algumas reflexões a partir de ideias retiradas do artigo publicado por Loïc Wacquant, em 2002, intitulado “O curioso eclipse da etnografia prisional na era do encarceramento em massa”. Publicado numa coletânea dedicada a dissecar a prisão (*Dissecting the Prison*), na revista *Ethnography*¹. O periódico em questão, que contou com a coordenação de Wacquant, apresenta um conjunto de artigos que exploravam de alguma maneira as questões do universo carcerário e as variadas formas de etnografia prisional desenvolvidas em diferentes contextos como Estados Unidos, Europa e América Latina.

Visto sob este prisma, é possível ter uma chave interpretativa do artigo de Wacquant. Ele funciona como uma apresentação da temática, passando brevemente pelo teor dos demais artigos da coletânea e realizando uma discussão sobre o estado da arte da etnografia prisional em países como Estados Unidos, Inglaterra, França e Brasil. Além disto, o texto ressalta a importância do ressurgimento de pesquisas que tomam o universo prisional como tema e a observação direta destes ambientes institucionais. Para demonstrar a importância do uso desta metodologia, o começo de seu artigo consiste num exercício de etnografia prisional, num presídio de entrada do sistema prisional da Califórnia, a Casa de detenção de Los Angeles (*Los Angeles County Jail*), e como a observação direta contribui para a compreensão de várias relações que se estabelecem dentro e fora dos presídios.

¹ *Ethnography* é uma publicação de abrangência internacional, publicada desde 2000, dedicada a promover um debate sobre as práticas etnográficas, de diferentes matizes e tradições, estabelecendo diálogos entre os campos da Antropologia e da Sociologia

As descrições dos ambientes prisionais da Casa de detenção de Los Angeles preparam o terreno para uma discussão mais teórico-metodológica que ocupa a metade final do artigo. É esta parte que mais nos interessa na discussão que desenvolvemos neste artigo. Nela, Wacquant (2002) afirma que, no contexto estadunidense, a etnografia prisional passa por um momento de obscurecimento, dada a redução de trabalhos que efetivamente adentram no interior das unidades e produzem relatos sobre as dinâmicas institucionais, em primeira mão. O julgamento do autor, inicialmente, é sustentado a partir de um balanço bibliográfico produzido pela antropóloga Lorna Rhodes, acerca da produção de pesquisas prisionais recentes e, em seguida, a partir de sua própria revisão dos principais trabalhos publicados nos Estados Unidos. Segundo ele, a maior parte das pesquisas e debates sobre o sistema prisional nos Estados Unidos seguiram o caminho da macro análise (focadas nos dados do crescimento da população encarcerada) e nas análises das políticas criminais/penitenciárias que se transformaram nas três últimas décadas, e que convergiram para um cenário de encarceramento em massa.

De acordo com Wacquant (2002) esta diminuição substantiva de pesquisas ancoradas na etnografia prisional nos Estados Unidos é muito significativa, sobretudo, se tomarmos como referência a produção anglo-saxã dos anos 40/70, que foi marcante na consolidação dos estudos e investigações em ambientes prisionais. A respeito desta tradição de pesquisas, Wacquant (2002) aponta:

Até o final dos anos 1970, os Estados Unidos também eram líderes nas pesquisas carcerárias - desafiados apenas periférica e timidamente pela Escandinávia - bem como lar de uma rica tradição de escritos prisionais por presos de variada estirpe. Claude Brown, Malcom X, Piri Thomas, Eldridge Cleaver e Angela Davis educaram e alcançaram um amplo público com as questões prisionais a partir de suas experiências atrás das grades, quer falassem de uma perspectiva política ou criminal. Também foi na penitenciária de Illinois, New Jersey, e Califórnia que os cientistas sociais, estimulados pela crença científica do aperfeiçoamento racional do controle social e pelos desafios às formas de autoridade estabelecidas - questionadas pelos movimentos sociais dos anos 1960 -, conduziram campos de estudos inovadores que formaram o pilar da moderna sociologia das instituições carcerárias. (WACQUANT, 2002, p. 383)

Diante deste quadro, quais os motivos teriam confluído para este cenário de um eclipse da etnografia prisional no contexto estadunidense? Existiriam mudanças sociais,

políticas e culturais que teriam transformado as interfaces entre a instituição prisão e a sociedade de modo geral? Quais as possíveis consequências destas modificações?

Pensando nestas problemáticas iniciais, Wacquant (2002) contextualiza sua abordagem, mostrando que, no período “clássico” das etnografias prisionais, existia um campo privilegiado por conta da inserção dos cientistas sociais no interior das instituições de justiça criminal do *Welfare State* norte-americano.

Nos Estados mais progressivos, os departamentos correcionais não tinham apenas psicólogos e assistentes sociais, mas também cientistas sociais em seus próprios *staffs*. Do "Prison Community (1940)" de Donald Clemmer, que introduziu o conceito de "prisionização" por analogia à "americanização" dos imigrantes, ao "The Society of Captives" de Gresham Sykes (1958), o qual incorporou a abordagem culturalista em um funcionalismo-estrutural parsoniano para enfatizar a emergência de um "sistema social operativo" e os problemas de controle social genéricos em vista das "dores do encarceramento"; ao "The Felon (1970)" de John Irwin que emprega o interacionismo simbólico para mostrar como internos "importam" consigo suas identidades criminais e seus status de classes baixas, ao "Stateville" de James Jacob (1977), que mesclou observação participante com análise histórica para traçar as transformações organizacionais e do exercício da autoridade no curso da 'sociedade de massa', não esquecendo da formulação central de Erving Goffman de 'instituição total' e da 'vida íntima' dos internos nos manicômios (*Asylums*) (1961), estudos que ressaltaram a micro análise do mundo cotidiano dos condenados, os quais desempenharam um papel decisivo no avanço da ciência e da crítica aos pressupostos estabelecidos da penalidade; bem como apresentaram uma distinta constelação sócio-simbólica que transformou as instituições prisionais em laboratórios nos quais se testam e se observam os mecanismos sociais mais gerais. (WACQUANT, 2002, p. 384)

Porém, historicamente esse quadro não permaneceria diante de transformações sociais, econômicas e políticas alavancadas pelas políticas desregulamentadoras de matiz neoliberal. No campo do funcionamento das instituições correcionais, os impactos foram marcantes. Um dos efeitos visíveis foi a expulsão dos cientistas sociais do *staff* de especialistas que trabalhavam nas unidades, juntamente com seus saberes e suas práticas de observação. Além disto, com o aumento vertiginoso da população prisional, o

descarte dos mecanismos disciplinares se intensificou, e o consequente investimento em questões de segurança interna favoreceu o fechamento das instituições.

Mas isto não era para durar. Com o descarte da filosofia da reabilitação (Allen, 1981) e com a virada rumo a uma criminalização da pobreza como uma forma estranha de política social voltada para a contenção das classes baixas e de grupos étnicos estigmatizados, as portas das penitenciárias foram se fechando gradualmente aos pesquisadores sociais e severas restrições foram impostas à difusão dos escritos dos internos - os quais foram secando com a extinção do suporte do governo, desde a renovação do mandato de Reagan na Casa Branca. (WACQUANT, 2002, p. 384)

Neste ponto da reconstrução do argumento de Wacquant (2002) – acerca de um fechamento institucional e o consequente eclipse de trabalhos etnográficos – é interessante notar que esta escassez não se deve apenas por ação dos agentes públicos ligados ao sistema correcional. Wacquant (2002) aponta que existem condicionantes da relacionados à própria estrutura acadêmica, e das dinâmicas das comunidades científicas, que limitam a realização da etnografia prisional. No corpo do artigo há a citação de um jornalista que passou 10 meses no interior de uma instituição prisional no Estado da Louisiana. Wacquant questiona até que ponto um pesquisador das ciências sociais, diante de numerosos prazos e exigências da carreira, conseguiria atingir esse grau de imersão. Além disto, Wacquant (2002) comenta que, mesmo que seja plausível encontrar pesquisadores das ciências sociais dispostos a este tipo de pesquisa, ainda assim tais projetos encontrariam diversos problemas para obter financiamento e aceitação das agências de fomento. Estes impedimentos relacionados à comunidade acadêmica também teriam uma parcela considerável de responsabilidade em vista deste fechamento, o que nem sempre é visto.

A partir destas considerações de Wacquant (2002) pareceu-me uma proposta interessante – em termos de pesquisas e dos desafios metodológicos – ensaiar uma breve investigação sobre o panorama da etnografia prisional no Brasil. As revisões do estado da arte (SALLA, 2006; DIAS, 2011) revelavam que grande parte dos trabalhos era influenciada por autores como Sykes (1958), Goffman (1958) e Foucault (1975).

Esta característica fica evidente quando se retomam trabalhos como o de Thompson (1979), Ramalho (1976), Coelho (1987) e Adorno (1991), por exemplo.

Porém, ao lado destas afinidades mais evidentes, o artigo de Wacquant (2002) colocava elementos novos, que poderiam quebrar essas possíveis continuidades, ou deixar mais complexas algumas mediações aparentemente simples. Neste sentido, era necessário analisar criticamente a continuidade das tradições que estabelecem as prisões como ordens sociais isoladas, e, ao lado disto, considerar que o contexto atual de altas populações prisionais (chamadas por muitos de uma tendência de encarceramento em massa) obrigava em termos de análise e adequação metodológica capaz de captar os desdobramentos atuais.

Pensando nestas problemáticas expostas acima, realizo mais adiante um pequeno percurso no interior de trabalhos recentes sobre o sistema prisional nacional (tendo por base, na maior parte das vezes, o contexto paulista) de modo a refletir sobre os desdobramentos locais. Em termos mais coloquiais, poderíamos traduzir estas problemáticas nas seguintes perguntas: haveria um contexto de eclipse da etnografia prisional na época atual e um fechamento das instituições prisionais – sobretudo levando-se em conta um diagnóstico de encarceramento massivo no Brasil?

Percursos da etnografia prisional no Brasil e algumas notas sobre o fechamento das instituições prisionais.

No interior desta substantiva produção, um dos desafios mais comuns (que encontramos em relação à pesquisas e estudos sobre instituições prisionais) diz respeito às dificuldades de produção de conhecimento de suas dinâmicas. Como instituições fechadas, elas impõem restrições ao acesso de suas práticas, sentidos próprios dos comportamentos desenvolvidos em seu interior, simbologias, além de imperativos de controle e segurança que influenciam na administração de seus cotidianos. A literatura clássica sobre o tema prisional, sobretudo de matiz anglo-saxônico, associou o ambiente prisional como um micro sistema social com regras, comportamentos e dinâmicas

próprias, em parte influenciadas pela sociedade mais ampla, em parte fechada como um micro sistema.

Porém, perante estas constatações da natureza fechada das instituições prisionais, há um repertório significativo de instrumentos e mecanismos para se contornar ou buscar superar esses impeditivos de campo.

Retomando o panorama das pesquisas sobre o sistema prisional em São Paulo, do ponto de vista das abordagens metodológicas, em termos gerais, é possível visualizar duas grandes linhas investigativas: de um lado, trabalhos que analisam as políticas estatais, discutindo as políticas penais numa macro-abordagem, as ações dos agentes da justiça criminal (polícia/judiciário/sistema prisional), mudanças nas legislações criminais, aplicação seletiva dos dispositivos penais e as estruturas de sentenciamento. De outro lado, uma abordagem que se inicia a partir da análise dos processos de organização dos presos e das relações sociais estabelecidas no interior dos presídios. Tal enfoque alargou substancialmente os limites do objeto prisional, na medida em que incorporou campos como a temática do mundo do crime (RAMALHO, 1976), a articulação da criminalidade e a gestão dos ilegalismos (TEIXEIRA, 2012), o padrão de organização e relações sociais dos coletivos de presos (DIAS, 2011, BIONDI, 2009, MARQUES, 2009). Em conjunto, estes trabalhos apontam para uma tendência crescente na metodologia das pesquisas sobre o sistema prisional, a saber, a necessidade de uma articulação e investigação mais aprofundada destas duas esferas: a análise das políticas penitenciárias interconectadas com o entendimento das transformações do cotidiano prisional marcado pela emergência da criminalidade organizada nas unidades.

Grande parte dos trabalhos tem direcionado atenção especial às transformações nos modos de organização e padrões de sociabilidade de grupos no interior das prisões, e como o surgimento destes novos agentes interferem e influenciam as políticas penitenciárias. Estes trabalhos tiveram importância fundamental para avançar na compreensão dos acontecimentos recentes, bem como para o entendimento das ações governamentais em relação à administração do sistema prisional, na medida em que obrigaram a superação de pesquisas que tratavam das políticas penitenciárias apenas delineadas pelo levantamento das leis, políticas criminais e estatísticas ligadas à segurança pública. A partir da ampliação desta abordagem atenta às transformações nos

cotidianos prisionais e nas formas de organização da população encarcerada (incluindo as mediações do universo prisional com o “mundo do crime” (RAMALHO, 1976; FELTRAN, 2008) um conjunto de abordagens recentes se impôs no campo de pesquisas sobre o sistema prisional paulista.

Tais trabalhos enfocaram as dinâmicas destes grupos e aproximaram muito a discussão sobre sistema prisional da investigação da gênese, dinâmica e alcance destes coletivos organizados nos cotidianos prisionais enquanto estruturantes do funcionamento das unidades prisionais, enquanto atores políticos emergentes com poderes de influência nos rumos das políticas penitenciárias.

Uma vez que os coletivos organizados se tornavam cada vez mais

Uma das constatações mais importantes dessa jovem produção são os traços obsoletos de pesquisas clássicas realizadas na Europa e nos Estados Unidos há vinte ou quarenta anos. Autores como Goffman (1974) e Sykes (1974) são referências ainda presentes, por terem construído categorias de análise que, aqui e agora, servem menos para ilustrar a realidade do que para pensar a diferença do presente em relação ao que foi discutido nas últimas décadas. Não que se tenha abandonado a leitura de Manicômios, prisões e conventos ou de A sociedade dos cativos. Parece que agora não se procura representar o caso brasileiro - o paulista em particular - como uma exemplificação das já descritas dinâmicas internas da vida nas prisões, mas estabelecer um diálogo crítico com pesquisas realizadas em outros países e contextos, buscando nos estudos clássicos categorias que possam servir de elementos de comparação por diferença com uma realidade empírica em larga transformação. (SINHORETTO; SILVESTRE; MELO, 2013, pág. 98)

Dadas estas transformações no campo de pesquisas, me interessava investigar quais os aspectos mais marcantes destas experiências etnográficas no contexto local. Ciente das múltiplas abordagens presentes, resolvi fazer um recorte bastante reduzido, focando-me em quais procedimentos eram adotados pelos pesquisadores locais para desenvolver suas pesquisas e contornarem os fechamentos do campo. Karina Biondi oferece um interessante testemunho desta dificuldade de realizar a entrada nos ambientes prisionais.

A cada semana eu me deparava com pessoas diferentes, pois praticamente todos os dias presos saem e chegam à unidade prisional. Este era um dos fatores que tornava impraticável a tentativa de colocar todos a par de minha pesquisa. Além do mais, uma postura de pesquisadora – seja lá qual for esta postura – é absolutamente inadequada em dias de visita, quando as atenções e preocupações são voltadas para o encontro entre presos e seus visitantes e tudo o que o cerca. Interromper esses encontros seria considerado uma falta de respeito. Cabia a mim observar, ouvir, sentir, experimentar cada um dos dias de visita e aproveitar as raras ocasiões nas quais estabelecia conversações com outros presos, com seu esforço em trazer as novidades que surgiam, seu engajamento em colocar-me em contato com os demais presos, em tornar possíveis esses diálogos. Em suma, esta pesquisa não teria sido viabilizada sem o apoio de meu marido ao meu trabalho e sua dedicação em agir sempre com respeito à etiqueta local. (BIONDI, 2009, p. 26)

Diante da dificuldade, é curioso notar que muitos pesquisadores que se inclinam para a etnografia prisional visando compreender as dinâmicas da prisão, em algumas ocasiões, acabam até mesmo reformulando seu objeto, pendendo para o estudo dos grupos organizados na população encarcerada e seu papel na funcionamento do cotidiano prisional.

Durante a realização daquela pesquisa, nunca precisei assumir esta condição de Zé Povinho perante meus interlocutores, pois ninguém questionou minha pesquisa, mesmo porque ela transcorreu no anonimato; ninguém, nem o corpo de funcionários da instituição, tampouco os presos, sabiam de sua existência. (...) Em segundo lugar, houve uma mudança significativa do meu objeto de pesquisa. Agora eu não me ocuparia mais da etnografia de uma instituição, mas da existência do PCC.

Outro exemplo interessante na produção recente aponta para reformulações de categorias tradicionais, ou formas convencionais de recortar o objeto carcerário e desenvolver a observação de campo, como é o caso da produção de Rafael Godoi.

Godoi (2011) chama a atenção para a importância de uma retomada das reflexões de Foucault, com atenção à noção de dispositivo carcerário. Tal como uma rede que

articula diversos elementos heterogêneos (como discursos, práticas institucionais, leis, estatutos, regulamentos e saberes articulados, entre eles também perpassam relações de poder e formas de subjetivação/sujeições que se adaptam e se transformam ao longo do tempo).

Influenciado pela abordagem de Cunha (2009), Godoi investiga o objeto prisional para além dos limites físicos recortados pelos muros prisionais. As fronteiras tradicionais entre comunidade prisional – instituição total/sociedade dos cativos – e mundo exterior – sociedade livre –, ou seja, a existência de recortes tradicionais entre interior/exterior do universo prisional são mitigados e analisados de forma crítica, propondo a construção do objeto prisão com uma dimensão que expande o campo convencional de observação, aumentando os objetos e sujeitos possíveis de investigação no campo.

Em sua pesquisa, tal metodologia teve como objetivo realizar uma cartografia do dispositivo carcerário, realizando esta proposta captando a incidência da experiência prisional por meio da pesquisa e investigação de agentes e atores sociais ligados à prisão que transitam ao redor e através dos dispositivos prisionais. Articulando "as fronteiras porosas" que se estabelecem entre interior e exterior da prisão, investigando diversos papéis sociais, como os de preso, egresso, familiares, funcionários, líderes religiosos, advogados, gestores; com diferentes frequências e motivações; que adentram ou atravessam esses limites fazendo com que os efeitos prisionais tenham um alcance muito maior do que tradicionalmente se supõe.

Com base neste programa investigativo, Godoi evidenciou a necessidade de trabalhar com uma hipótese produtiva da prisão, avaliando os efeitos constitutivos da instituição prisional, enquanto promotora de experiências que marcam as trajetórias de indivíduos, grupos sociais e comunitários. Uma noção teórica-metodológica fundamental neste objetivo de etnografar as dinâmicas societárias pautadas pela incidência da prisão, foi a ideia de vasos comunicantes, que aproximam diferentes territórios como o bairro e a prisão. Ao lado disto, seu trabalho tentou captar as modulações e reestruturações trazidas pelo recente aumento da estrutura prisional no Estado de São Paulo, a qual

interfere no funcionamento dos dispositivos disciplinares no interior dos presídios e também potencializa essa pulverização de efeitos prisionais na sociedade em geral.

Entre 2007 e 2009, realizei trabalho de campo em dois contextos bastante distintos: nas regiões metropolitanas de Barcelona e de São Paulo. Em ambos os territórios, as mesmas dificuldades se impunham para acessar as redes sociais que pretendia estudar. Não bastava conferir estatísticas criminais e penais georeferenciadas disponíveis em algumas pesquisas, eleger uma localidade com índices significativos e, simplesmente, dar início à observação: era preciso uma "entrada" nos círculos de sociabilidade pautados pelo encarceramento. A estratégia adotada para contornar os bloqueios empíricos e simbólicos que se erigem ao redor do tema e lograr tal "entrada" foi a mesma nos dois contextos: acionar o que entendia como mediadores estratégicos entre o "mundo público" e o prisional. Acadêmicos especialistas, profissionais do sistema penitenciário, defensores dos direitos humanos, juristas, lideranças religiosas, sindicais e comunitárias foram sendo contatados, entrevistados e a eles ia pedindo indicações de egressos, amigos e familiares de presos que conhecessem. (GODOI, 2011, p.6)

Considerações Finais

Ao longo da reflexão desenvolvida neste texto, foi possível visualizar alguns avanços em relação aos problemas levantados no início do artigo. Na primeira parte, o objetivo principal foi compreender as colocações de Wacquant a respeito da importância da etnografia prisional no contexto estadunidense de encarceramento em massa, e esclarecer quais eram os sentidos por ele atribuídos à ideia de um eclipse da etnografia prisional e à sua noção de fechamento das instituições prisionais. Uma vez que estes sentidos (o eclipse da etnografia prisional e o fechamento das instituições prisionais), o foco do artigo se dirigiu a uma breve exploração dos trabalhos nacionais

(com ênfase àqueles desenvolvidos sobre o sistema prisional de São Paulo) e saber como estas duas ideias levantadas por Wacquant poderiam ser visualizadas criticamente no contexto local. O resultado sugere que a etnografia prisional encontra-se estimulada por conta das pesquisas demandadas pelos coletivos organizados. Ao mesmo tempo, a superlotação das unidades parece obrigar que os pesquisadores criem metodologias que vão além da tradição legada por Sykes e Goffman.

Referências

ADORNO, S.; SALLA, F.. **“Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC.”** Estudos Avançados v. 21, nº 61, São Paulo, 2007.

ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; DIAS, C.N. **Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo.** Tempo Social, São Paulo, v.25, n.1, jun. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702013000100004>>. Acesso em: 13. mar. 2014.

ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; GAUTO, M. **A contribuição de David Garland: a sociologia da punição.** Tempo Social, v. 18, n.1. jun. 2006.

BATISTA, V. M. **Adesão subjetiva à barbárie.** In: Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2012.

BARBOSA, A. R. **Grade de ferro? Corrente de ouro!** Circulação e relações no meio prisional. Revista Tempo Social, USP, v. 25, n. 1, 2013. p. 107 – 129.

BARROS, R. A. L. **A reinvenção da Prisão: a expansão prisional no Estado de São Paulo e as consequências do encarceramento massivo.** Tese. (UNESP – Universidade Estadual Paulista), Marília, 2012.

BIONDI, K. **Junto e misturado:** imanência e transcendência no PCC. Dissertação UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), São Carlos, 2009.

BOURDIEU, P. **A força do direito:** elementos para uma sociologia do campo jurídico. in: O poder simbólico. 7ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

CHANTRAINE, G. **A prisão pós-disciplinar.** Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 62, set-out, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2006. p. 79 – 106.

COELHO, E. C. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade.** Rio de Janeiro, Editora Record, 2005.

CUNHA, M. I. **As organizações enquanto unidades de observação e de análise: o caso das prisões.** Etnográfica, vol. VIII n. (1), Lisboa, 2004. Pp. 151-157.

_____. **Malhas que a reclusão tece.** Questões de identidade numa prisão feminina. Lisboa, Cadernos do Centro de Estudos Judiciário, 1994.

DIAS, C.C.N. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista.** Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, São Paulo, 2011.

ELIAS, N. SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

FELTRAN, G. **O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo.** Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 1, n. 1, 2008. p. 93 – 126.

FISHER, R. M.; ADORNO, S. **Políticas penitenciárias, um fracasso?** Lua Nova, vol. 3. N. 4. Jun. São Paulo, 1987.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** Raquel Ramallete. 21ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro, Editora Graal, 1988.

_____. **Estratégia, Poder-Saber** (Ditos & Escritos IV). 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

GARLAND, D. **The culture of control: crime and social order in contemporary society.** Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

_____(orgs.) **Mass imprisonment: social causes and consequences.** London: Sage Publication, 2001(a).

GODOI, R. **Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo.** Dissertação (USP- Universidade de São Paulo) – São Paulo, 2010.

_____. **O sistema prisional e seus agentes mediadores: uma proposta metodológica exploratória.** XV Congresso Brasileiro de Sociologia, julho 2011. Curitiba, Paraná.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

LOURENÇO, L. C.; ALMEIDA, O. L. **Quem mantém a ordem, que cria desordem: gangues prisionais na Bahia.** Revista Tempo Social, USP, v. 25, n. 1, 2013. p. 37 – 59.

MARQUES, A. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões.** Dissertação (USP – Universidade de São Paulo). São Paulo, 2009.

MISSE, M. **Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro.** Estudos Avançados, vol. 21, n. 61, 2007. p. 139 – 157.

MORAES, P. R. B. **A identidade e o papel de agentes penitenciários.** Revista Tempo Social, USP, v. 25, n. 1, 2013. p. 131 – 147.

PAIXÃO, A. L. **Recuperar ou punir?** Como o Estado trata o criminoso. São Paulo, Editora Cortez, 1987.

RAMALHO, J. R. **O mundo do crime: a ordem pelo avesso.** São Paulo. IBCCRIM, [1976] 2002.

SABAINI, R. **Uma cidade entre presídios: ser agente penitenciário em Itirapina – SP.** Dissertação (USP – Universidade de São Paulo), São Paulo, 2012.

SALLA, F. "Novos e velhos desafios para as Políticas de Segurança Pública no Brasil." Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 11, nº 43, 2003, Editora Revista dos Tribunais.

_____. "Os impasses da democracia brasileira: o balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil." Lusotopie, 2003 – 419-435.

_____. "A pesquisa sobre as prisões: um balanço preliminar." In: KOERNER, Andrei (org.) História da Justiça Penal no Brasil: Pesquisas e Análises. São Paulo: IBCCRIM, 2006.

_____. "As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira". Sociologias, Porto Alegre, nº 8, dez, 2006.

_____. "De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo". Revista brasileira de segurança pública, São Paulo, edição 01, 2007

SILVESTRE, Giane. **Dias de visita: uma sociologia da prisão e das prisões em Itirapina.** Dissertação (UFSCar – Universidade Federal de São Carlos), São Carlos, 2011.

SINHORETTO, J.; SILVESTRE, G.; MELO, F.A.L. **O encarceramento em massa em São Paulo.** Tempo Social, São Paulo, v.25, n.1, jun. 2013. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702013000100005> >. Acesso em: 13. Mar. 2014.

SYKES, G. **The society of captives: a study of a maximum security prison.** 7th ed. New Jersey, Princeton University Press, 1971.

TEIXEIRA, A. **Construir a Delinquência, Articular a Criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo.** Tese (Doutorado em Sociologia). FFLCH São Paulo – 2012.

_____. "Dispositivos de exceção e novas racionalidades do sistema punitivo: o surgimento do PCC e o modelo RDD" Revista Perspectivas, São Paulo, vol. 36, jul/dez, 2009.

_____. **Do Sujeito de Direito ao Estado de Exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006

TELLES, V. **Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito.** Estudos Avançados, vol. 21, São Paulo, 2007. 173 – 192.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria.** André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

_____. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.

_____. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2005.

_____. **“O lugar da prisão na nova administração da pobreza”**. Novos Estudos – Cebrap – nº 80, Março, São Paulo, 2008.

_____. **Forjando el Estado Neoliberal: workfare, prisonfare e insegurança social**. Prohistoria, Rosário, vol.16 jul./dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-95042011000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13.Mar.2014.

_____. **“The curious eclipse of prison ethnography in the age of mass incarceration”**. EthnoGraphy. Sage, December, v. 2(3), 2002

WHYTE, W. F. **Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.